

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES(AS) DO ENSINO MÉDIO

Letícia Rodrigues da Anunciação¹, José Valdir Jesus de Santana²

RESUMO

A educação para as relações étnico-raciais é um importante campo construído pela luta do Movimento Negro Brasileiro, que compreende o ambiente escolar como um espaço capaz de proporcionar reflexão e criticidade acerca dos processos de desigualdades consequentes da colonização. A promulgação da Lei 10.639/03 representa colocar em pauta no cenário nacional as questões étnico-raciais, fundamental para o combate ao racismo e promoção do respeito à matriz diversa e plural do povo brasileiro. Posto isso, os objetivos deste trabalho constituem-se em identificar e analisar a produção acadêmica no banco de dissertações/teses, e no portal de periódicos da Capes, sobre educação para as relações étnico-raciais no ensino médio, analisar a perspectiva de professores(as) do ensino médio de uma escola pública de Vitória da Conquista-BA acerca da educação para as relações étnico-raciais, a partir do que determina a lei 10.639/2003, e também identificar ações/projetos realizados pela instituição voltados à construção de uma educação antirracista. Dessa forma, a primeira etapa deste trabalho consistiu em uma pesquisa do tipo Estado da Arte, como preparação teórica para posterior ida a campo. O recorte temporal das produções acadêmicas compreendeu os anos de 2013 a 2020. Em seguida, a metodologia utilizada consistiu na realização de duas entrevistas semiestruturadas, com uma professora da disciplina de português e com um professor que ministra a disciplina de história. Nessa perspectiva, a partir do estudo de caso, pontuamos que a efetivação da Lei 10.639/03 acontece, apesar de diversas limitações, e de forma gradual. Os escritos de autores como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Petrônio Domingues são as inspirações teóricas que norteiam esse estudo, além de outros nomes importantes no debate da educação para as relações étnico-raciais que também são mobilizados para a construção do presente trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino básico, Lei 10.639/03, Movimento negro brasileiro, Relações étnico-raciais.

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN A SCHOOL IN VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: PERSPECTIVES FROM HIGH SCHOOL TEACHERS

ABSTRACT

Education for ethnic-racial relations is an important field built by the struggle of the Brazilian Black Movement, which understands the school environment as a space

¹ Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; bolsista PIBIC/UESB (201920595@uesb.edu.br)

² Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (jsantana@uesb.edu.br)

capable of providing reflection and criticism regarding the processes of inequalities resulting from colonization. The promulgation of Law 10.639/03 represents placing ethnic-racial issues on the national agenda, fundamental for combating racism and promoting respect for the diverse and plural matrix of the Brazilian people. Having said that, a priori State of the Art research was carried out, as theoretical preparation for later going into the field. The time frame for this stage covers the years 2013 to 2020, and aims to identify and analyze, through CAPES repositories, academic productions that deal with the implementation of Law 10,639/03. Then, after studying the bibliography constructed in Estado da Arte, the perspective of high school teachers of Portuguese and history subjects at a school in Vitória da Conquista was studied. For this, the methodology to be used consisted of carrying out a semi-structured interview. The writings of authors such as Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes and Petrônio Domingues are the theoretical inspirations that guide this study, in addition to other important names in the debate on education for ethnic-racial relations who are also mobilized for the construction of this work.

KEYWORDS: Basic education, Brazilian black movement, Ethnic-racial relations, Law 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2003 o Movimento Negro Brasileiro materializa mais uma conquista, a promulgação da lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições escolares, públicas e privadas, de ensino fundamental e médio. A referida legislação altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei nº 9.394/96), ao incluir a obrigatoriedade citada. Segundo Carneiro (1998), existem condições intrínsecas que decorrem da existência de grupos com interesses diferenciados no interior do sistema educativo, com percepções e alternativas diversas no tocante à compreensão das funções sociais dos sistemas de ensino, dos seus objetivos e dos seus beneficiários.

À vista disso, é importante pontuar que a referida lei foi promulgada há 20 anos atrás, nessa perspectiva, torna-se relevante investigar como tem ocorrido o processo de efetivação da lei 10.639/03 e como tem ocorrido a inserção, ou não, do debate que seu conteúdo promove nos ambientes escolares. No Brasil, conforme Munanga (2005), a convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas refletem o mito da democracia racial, produto de uma educação eurocêntrica. Em função desta, podemos reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam a nossa sociedade. Levando isso em consideração, a lei 10.639/03 é resultado da luta do Movimento Negro organizado no Brasil, que enxerga a educação escolar como uma ferramenta fundamental de combate ao racismo e a discriminação. Nessas circunstâncias, existem diversas condições que constituem barreiras para implementação da legislação supracitada.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa (FLICK, 2009), descritiva (CHIZZOTTI, 2008), do tipo estudo de caso que conta com a participação de dois professores de um colégio do ensino médio da rede estadual de Vitória da Conquista-BA. Os passos do percurso metodológico foram constituídos em dois momentos. O primeiro diz respeito a pesquisa do tipo Estado da Arte, que visou identificar e analisar a produção acadêmica, entre os anos de 2013 a 2020, sobre educação para as relações étnico-raciais no ensino médio, no que tange o processo de implementação da lei 10.639/03, no banco de dissertações/teses, e no portal de periódicos da CAPES. Logo após, no segundo momento, foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas, com uma professora e professor que ministram, respectivamente, a disciplina de português e história. Assim, as informações obtidas ao decorrer do trabalho foram articuladas à vista de teóricos do campo da educação para as relações étnico raciais no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação para as relações étnico-raciais é uma reivindicação antiga da sociedade brasileira, sistematizada principalmente pela ação do Movimento Negro Unificado, que se constituiu em fins da década de 1970 como precursor dessa discussão, tendo como objetivo a superação do racismo e a reeducação da sociedade brasileira e de suas instituições, em especial a escolar (GOMES, 2017). Dessa forma, segundo Gomes (2022, p. 27), “no seu papel educativo, ele educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africano”.

Sob a ótica de que o racismo presente na sociedade brasileira é uma forte expressão da colonialidade, em suas diferentes dimensões, ou seja, do saber, do ser e do poder, contra o qual o Movimento Negro tem lutado há décadas, no campo da educação, a aprovação da Lei 10.639/03 é fruto da luta desse ator político para a construção de uma educação antirracista e descolonizadora dos currículos escolares conforme Gomes (2017).

Segundo Gomes e Jesus (2013), para que se possa avançar na compreensão e na avaliação dos processos de implementação de uma educação antirracista, a partir do que determinam a Lei n. 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais, faz-se necessário entender a perspectiva dos diferentes sujeitos que compõem o campo educacional, a exemplo de gestores, estudantes e professores no tocante à educação para as relações étnico-raciais. Faz-se necessário, ademais, avaliar os limites e os

avanços das políticas e das práticas pedagógicas que têm por finalidade combater o racismo nas instituições escolares.

Foi observado que, por muitas vezes, existem déficits nos programas de formação continuada dos professores da rede básica, principalmente que tencionem aspectos do debate sobre as relações étnico-raciais. Desse modo, destacamos a importância da promoção de espaços de formação continuada de qualidade aos profissionais da educação como um todo, que sejam capazes de oportunizar discussões embasadas acerca da temática. A pesquisa expôs elementos relevantes da perspectiva de professores em relação a lei 10.639/03 e seu processo de efetivação em um contexto, bem como possibilitou traçar proximidades e divergências com a revisão do Estado da Arte. Demonstrou que os docentes em questão podem representar somente um elemento de um cenário complexo, pois muitas limitações da aplicabilidade da lei 10.639/03 são recorrentes em diferentes locais.

Os docentes entrevistados, revelaram, de diferentes maneiras, compreender a constituição plural da população brasileira. Outro ponto destacado é que ambos afirmam trabalhar com a temática racial em alguma medida, mas existem entraves como a defasagem dos livros didáticos fornecidos. Apesar de cumprir a programação da campanha do Novembro Negro, não existe, para além disso, formas sistematizadas de ações ou projetos realizados pela instituição voltados à construção de uma educação antirracista. Por outro ângulo, pode-se compreender que o debate étnico racial no Brasil tem reverberado em alguma medida nos espaços educativos, visto que os professores completaram sua formação acadêmica antes da promulgação da lei 10.639/03.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Em linhas gerais, o presente trabalho abordou elementos importantes sobre a perspectiva de professores no que diz respeito a efetivação da lei 10.639/03 e suas barreiras para implementação. Expôs que existem diversas limitações, provenientes da maneira como é ofertada a formação continuada dos docentes desse contexto analisado, e que se relaciona com o cenário de outras pesquisas sobre o tema. O que demonstra uma ausência de ações programadas pelo Estado para promover a implementação da legislação em questão. Dessa forma, o estudo pontua que as insuficiências ocasionadas por esse processo resultam em um lento desenvolvimento da aplicação dos postulados da lei 11.639/03.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de utilizar esse espaço para agradecer à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pela oportunidade de atuar como pesquisador

através da bolsa de Iniciação Científica e ao meu orientador Prof. Dr. José Valdir Jesus de Santana pela colaboração e confiança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Lei 10.639/03 de 09/01/2003**. Altera os artigos 26 e 79 da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inserindo a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todo ensino nacional, público e privado. Acesso em: 10.jun. 2023.
2. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://bit.ly/2LNp7az>. Acesso em: 10.jun. 2023.
3. BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer CNE/CP 003/2004, homologação publicada no Diário Oficial da União de 19/05/2004, Brasília, 10 de março de 2004.
4. CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
5. CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
6. FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
7. GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: releituras, encontros e trocas de saberes. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
8. GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.
9. MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Unesco, 2005.